CLIPPING INTERNET

14/10/2022 ATÉ 14/10/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 CEMULHER
1.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA..... 1
1.2 SITE O MARANHENSE..... 2 3
2 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
2.1 SITE O MARANHENSE..... 4
3 DECISÕES
3.1 BLOG DO JURACI FILHO..... 5
3.2 BLOG LUÍS CARDOSO..... 6
3.3 BLOG MINUTO BARRA..... 7
4 PRESIDÊNCIA
4.1 BLOG DIEGO EMIR..... 8

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
14/10/2022 - BLOG DIEGO EMIR
POSITIVA
Alberto Bastos recebe Título de Cidadão de São Luís em concorrida solenidade na Câmara dos Vereadores

Alberto Bastos recebe Título de Cidadão de São Luís em concorrida solenidade na Câmara dos Vereadores

O defensor público, diretor de Assuntos Institucionais e Estratégicos da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), Alberto Bastos, recebeu nesta quinta-feira (13), na Câmara dos Vereadores de São Luís, o Título de Cidadão Ludovicense. A sessão solene foi prestigiada por muitas autoridades, familiares e amigos do homenageado, que é natural do estado do Rio de Janeiro, e em junho deste ano deixou o cargo de defensor-geral do Estado, após dois mandatos consecutivos na direção do órgão (2018/2020 e 2020/2022).

A honraria, fruto de requerimento proposto pela vereadora Karla Sarney, foi aprovada pelos demais representantes do poder legislativo municipal, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados por Alberto Bastos em favor do desenvolvimento de São Luís. Integrante dos quadros da Defensoria maranhense desde novembro de 2010, Bastos reside há mais de 10 anos em São Luís.

"Hoje é um dia muito feliz para a Câmara de São Luís, que não poderia deixar de homenagear esse agente público de transformação social, que muito contribuiu para o desenvolvimento da nossa cidade, sobretudo, quando esteve à frente da Defensoria Pública do Estado", destacou a vereadora, que conduziu a sessão solene.

Muitos membros, servidores e colaboradores da DPE/MA compareceram ao Plenário Simão Estácio da Silveira. Ao receber o título, Alberto Bastos agradeceu as homenagens e o reconhecimento concedido pela Câmara por conta de seu trabalho.

"Fico muito feliz e lisonjeado com esse título, uma vez que presta um reconhecimento ao trabalho que desenvolvi como defensor público-geral. E aqui quero dividir essa honraria com todas e todos que fazem a Defensoria Pública do Maranhão. Se não fosse o apoio deles, a gente não conseguiria alcançar resultados tão expressivos, que é atender cada vez melhor a população, inclusive a de São Luís, onde criamos dois novos núcleos, na área Itaqui-Bacanga e na Zona Rural. Todo o esforço empreendido nesses últimos quatros, foi para deixar a Defensoria mais perto do cidadão, garantindo acesso a direitos a quem mais precisa", disse o defensor público, que hoje tem a função de coordenar o projeto "Inclusão e Cidadania sobre Rodas", com o suporte da carreta dos direitos, veículo adquirido por meio de convênio federal celebrado em sua gestão.

Em sua fala, o atual defensor-geral Gabriel Furtado não poupou elogios a Alberto Bastos, parabenizando-o pelo título, lembrando ainda que São Luís recebe um "filho" muito dedicado e sensível às causas sociais.
"Estamos aqui para homenagear o nosso grande amigo, que tem uma trajetória belíssima no Maranhão, com várias conquistas ao longo de mais de 10 anos. A Defensoria Pública fica muito feliz por Alberto Bastos ser reconhecido pelo povo da cidade como alguém que contribuiu para o seu desenvolvimento. E esse momento ainda serve como estímulo para que a gente continue trabalhando ainda mais para que a Defensoria mereça outras homenagens desse tipo", assinalou Furtado.

Presente à solenidade, o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, disse que a gestão de Alberto Bastos à frente da Defensoria estadual o credenciou como um cidadão ludovicense.

"É com muita honra que estou aqui nesta homenagem a um defensor-geral que fez a diferença, tornando a

Defensoria ainda mais forte e reconhecida no estado. Agora, como cidadão de nossa cidade, que ele mantenha o trabalho incansável pelo povo do Maranhão", declarou o chefe do Ministério Público.

Representando o governo estadual, o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, destacou o perfil empreendedor de Alberto Bastos, que muito fez pela democratização do acesso a direitos em São Luís. "Muita justa essa homenagem ao defensor público Alberto Bastos", destacou, parabenizando-o pelo título.

Na longa lista de serviços prestados por Alberto Bastos ao Maranhão, e, em especial a São Luís, consta o maior programa de interiorização já realizado pela Defensoria, com a entrega de 28 novas unidades, incluindo a nova sede, na capital maranhense. O feito lhe rendeu o título de gestor da Defensoria estadual que mais cresceu em número de sedes próprias no país. Em quatro anos de mandato, Alberto Bastos colecionou marcas e prêmios, que tornaram a Defensoria maranhense referência em economicidade, sustentabilidade, inovação e alcance social.

Também compuseram a mesa de honra da sessão solene, o desembargador Marcelino Chaves Everton, 2º vice-presidente do Tribunal de Justiça, o presidente da EMAP/Porto do Itaqui, Ted Lago, o presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (Adpema), Cristiano Matos de Santana, a procuradora-geral adjunta do Município, Valdélia Araújo, representando o prefeito Eduardo Braide, a defensora pública federal Ana Carolina Valinhas dos Santos e o procurador de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
14/10/2022 - BLOG DO JURACI FILHO
NEUTRA
Julinho recorrer à Justiça para o Estado não construir policlínica no município

Julinho recorrer à Justiça para o Estado não construir policlínica no município

14/10/2022 07:31:28

Bomba! Julinho é flagrado em sua possível primeira improbidade ao contratar, por inexigibilidade, escritórios de advocacia - Neto Cruz

O prefeito de São José de Ribamar, Dr. Julinho (PL), não se cansa de prejudicar a população do município ao impedir a construção de uma policlínica num terreno no bairro do J. Câmara, doado anteriormente ao Estado para a construção do equipamento público.

Em setembro, a Justiça havia garantido a continuidade das obras e a consequente reintegração da posse do terreno ao Estado.

Inconformado com o benefício à população, Julinho recorreu à Justiça contra a determinação anterior.

O desembargador Luís Gonzaga Almeida Filho acatou um pedido do prefeito de São José de Ribamar, Dr. Julinho (PL), que pediu um efeito suspensivo da decisão do juiz Fernando Jorge Pereira que concedeu liminar a favor da doação de um terreno pela Prefeitura de São José de Ribamar para o Governo do Estado do Maranhão.

O terreno fica localizado na rua João Alves Carneiro, no bairro J. Câmara, onde o Governo tenta construir o importante equipamento público para a população.

TJMA cria a Ouvidoria da Mulher

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, assinou, nesta quinta-feira (13), a Resolução GP nº 97/2022, que cria a Ouvidoria da Mulher, no âmbito da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA).

A proposta de resolução foi aprovada, por unanimidade, pelos desembargadores e desembargadoras da Corte de Justiça maranhense, durante sessão do Órgão Especial, no último dia 5.

O intuito da iniciativa, segundo o relator do referido processo, desembargador Cleones Cunha, presidente da Cemulher/TJMA, é aprimorar os serviços institucionais especializados na temática da violência doméstica e familiar baseada no gênero, no Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Durante a sessão do Órgão Especial, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Velten, parabenizou o desembargador Cleones Cunha pela iniciativa.

O presidente da Coordenadoria da Mulher do TJMA, desembargador Cleones Cunha, anunciou que o órgão será inaugurado, oficialmente, no dia 3 de novembro de 2022.

ATRIBUIÇÕES
De acordo com o documento, são objetivos do órgão: estabelecer um canal especializado para recebimento das demandas relacionadas às violências contra a mulher, visando a personalizar o atendimento e tratamento desses casos, permitindo um encaminhamento mais célere e efetivo aos respectivos órgãos competentes; proporcionar uma oitiva especializada das mulheres vitimadas pela violência de gênero; viabilizar o aprimoramento dos serviços institucionais especializados na temática, dentre outros.

Compete à Ouvidoria da Mulher receber informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios sobra a tramitação de procedimentos judiciais relativos à violência contra a mulher; acolher e promover escuta ativa das mulheres, tratando a informação recebida com a consideração e o sigilo devidos.

A Ouvidoria da Mulher deverá, ainda, receber, diretamente ou por outras unidades do Tribunal, as demandas relacionadas às violências contra as mulheres, referentes à igualdade de gênero, ao assédio moral e sexual, à discriminação, bem como outras formas de violência contra as mulheres baseadas no gênero, dirigidas ao Poder Judiciário do Maranhão, que possam vir a desencadear procedimentos administrativos e/ou judiciais referentes a atos de violência contra a mulher.

CONSIDERAÇÕES

A iniciativa considera que é dever do Estado criar mecanismos para coibir a violência doméstica (Art. 226, § 8º, CF); a Resolução CNJ nº 254/2018, que institui a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário; a Resolução nº 432, de 27 de outubro de 2021, que dispõe sobre as atribuições, a organização e o funcionamento das Ouvidorias dos tribunais.
Considera, ainda, que o Conselho Nacional de Justiça instituiu, através da Portaria nº 33/2022, a Ouvidoria

Nacional da Mulher; a necessidade de se instituir, no âmbito da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, a Ouvidoria Estadual da Mulher, como o canal para a prestação de atendimento especializado às mulheres em situação de violência.

URGENTE!! Tribunal de Justiça declara ilegal greve de professores em Barra do Corda

O Tribunal de Justiça do Maranhão em São Luís declarou ilegal por volta das 11:45h desta sexta-feira, 14 de outubro, a greve dos professores da rede municipal de ensino do município de Barra do Corda.

O Desembargador afirma em sua decisão que é greve não encontra-se amparada na Lei, pois foi deflagrada de forma ilegal.

O Tribunal de Justiça determinou que os professores retornem imediatamente as salas de aulas, sob pena de multa diária que poderá chegar a R$ 5 mil por dia em caso de desobediência. Veja abaixo a decisão do Tribunal de Justiça:

URGENTE!! Tribunal de Justiça declara ilegal greve de professores em Barra do Corda

O Desembargador José Gonçalo de Sousa Filho determinou o retorno dos professores as salas de aulas de forma imediata, sob pena de multa diária que chega a R$ 5 mil.
Por Minuto Barra

URGENTE!! Tribunal de Justiça declara ilegal greve de professores em Barra do Corda
O Tribunal de Justiça do Maranhão em São Luís declarou ilegal por volta das 11:45h desta sexta-feira, 14 de outubro, a greve dos professores da rede municipal de ensino do município de Barra do Corda.

O Desembargador afirma em sua decisão que é greve não encontra-se amparada na Lei, pois foi deflagrada de forma ilegal.

O Tribunal de Justiça determinou que os professores retornem imediatamente as salas de aulas, sob pena de multa diária que poderá chegar a R$ 5 mil por dia em caso de desobediência. Veja abaixo a decisão do Tribunal de Justiça;

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CEMULHER
14/10/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Projeto da Cemulher/TJMA é realizado no Colégio Marista Araçagy

Projeto da Cemulher/TJMA é realizado no Colégio Marista Araçagy

14/10/2022 01:02:00

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - Cemulher/TJMA, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Direito e Afirmação de Vulneráveis – Mestrado Profissional da Universidade Ceuma, realizou atividade do projeto "Novos olhares, Novos Valores" , dia 7 de outubro, no Colégio Marista Araçagy.

A atividade teve por finalidade discutir a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), destacando-se o quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5), com cerca de 150 alunos(as) do ensino médio, do Colégio Marista, que se preparam para realizar um fórum sobre a Guerra da Ucrânia.

A Agenda 2030 é um plano de ação global que abarca 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

O plano decorre de um acordo assinado em 2015 pelos 193 Estados membros ONU, comprometendo-se a seguir o documento "Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" pelos próximos 15 anos.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas até 2030 é o quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5), que é composto por nove metas globais cobre temas como: violência, saúde reprodutiva, igualdade no acesso às tecnologias da informação e a efetividade do arcabouço específico de políticas de redução das desigualdades de gênero.

PROJETO "NOVOS OLHARES, NOVOS VALORES"

O projeto "Novos Olhares, Novos Valores" visa disseminar valores que reforcem uma cultura de respeito às diferenças e igualdade de direitos entre meninos e meninas, para a prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres, colaborando para a construção de uma cultura de paz nas relações familiares e sociais.

A atividade foi realizada pela servidora Danyelle Bitencourt, assistente social, e a estagiária de serviço social, Luciana Oliveira, juntamente com alunas, alunos e professores (as) da Universidade CEUMA.

O post Projeto da Cemulher/TJMA é realizado no Colégio Marista Araçagy apareceu primeiro em O Maranhense.

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CEMULHER
14/10/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
TJMA cria a Ouvidoria da Mulher

TJMA cria a Ouvidoria da Mulher

14/10/2022 05:05:00

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, assinou, nesta quinta-feira (13), a Resolução GP nº 97/2022, que cria a Ouvidoria da Mulher, no âmbito da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA).

A proposta de resolução foi aprovada, por unanimidade, pelos desembargadores e desembargadoras da Corte de Justiça maranhense, durante sessão do Órgão Especial, no último dia 5.

O intuito da iniciativa, segundo o relator do referido processo, desembargador Cleones Cunha, presidente da Cemulher/TJMA, é aprimorar os serviços institucionais especializados na temática da violência doméstica e familiar baseada no gênero, no Poder Judiciário do Estado do Maranhão. "Nosso objetivo é oferecer um melhor acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, por meio de orientações e de um atendimento imediato quando necessário", pontuou.

Durante a sessão do Órgão Especial, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Velten, parabenizou o desembargador Cleones Cunha pela iniciativa.

O presidente da Coordenadoria da Mulher do TJMA, desembargador Cleones Cunha, anunciou que o órgão será inaugurado, oficialmente, no dia 3 de novembro de 2022.

ATRIBUIÇÕES

De acordo com o documento, são objetivos do órgão: estabelecer um canal especializado para recebimento das demandas relacionadas às violências contra a mulher, visando a personalizar o atendimento e tratamento desses casos, permitindo um encaminhamento mais célere e efetivo aos respectivos órgãos competentes; proporcionar uma oitiva especializada das mulheres vitimadas pela violência de gênero; viabilizar o aprimoramento dos serviços institucionais especializados na temática, dentre outros.

Compete à Ouvidoria da Mulher receber informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios sobra a tramitação de procedimentos judiciais relativos à violência contra a mulher; acolher e promover escuta ativa das mulheres, tratando a informação recebida com a consideração e o sigilo devidos.

A Ouvidoria da Mulher deverá, ainda, receber, diretamente ou por outras unidades do Tribunal, as demandas relacionadas às violências contra as mulheres, referentes à igualdade de gênero, ao assédio moral e sexual, à discriminação, bem como outras formas de violência contra as mulheres baseadas no gênero, dirigidas ao Poder Judiciário do Maranhão, que possam vir a desencadear procedimentos administrativos e/ou judiciais referentes a atos de violência contra a mulher.

CONSIDERAÇÕES

A iniciativa considera que é dever do Estado criar mecanismos para coibir a violência doméstica (Art. 226, § 8º, CF); a Resolução CNJ nº 254/2018, que institui a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário; a Resolução nº 432, de 27 de outubro de 2021, que dispõe sobre as atribuições, a organização e o funcionamento das Ouvidorias dos tribunais.

Considera, ainda, que o Conselho Nacional de Justiça instituiu, através da Portaria nº 33/2022, a Ouvidoria Nacional da Mulher; a necessidade de se instituir, no âmbito da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, a Ouvidoria Estadual da Mulher, como o canal para a prestação de atendimento especializado às mulheres em situação de violência.

O post TJMA cria a Ouvidoria da Mulher apareceu primeiro em O Maranhense.

TJMA promove mutirão de conciliação na Universidade Uniceuma

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) irá realizar um Mutirão de Conciliação, no período de 18 a 21 de outubro, no 3º Centro Judiciário de Solução de Conflitos de São Luís. A unidade funciona na Universidade Ceuma, no Escritório-Escola Antenor Mourão Bogéa (Rua Josué Montello, nº 1, Renascença II). O evento será realizado das 8h30 às 17h.

O intuito da iniciativa é oferecer a cidadãos e cidadãs a prestação de uma justiça rápida, gratuita e efetiva, na resolução de questões pré-processuais (sem ação judicial), por meio do diálogo, do acordo, da conciliação.

O 3º Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc) é vinculado ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Gonçalo Filho e coordenado pelo juiz Marcelo Oka.

A unidade, instalada na Universidade Ceuma, é coordenada pelo juiz Pedro Guimarães Júnior (auxiliar da capital).

DEMANDAS

Durante o evento, a população poderá resolver diversas questões pré-processuais da área cível ou de família, tais como: divórcio; reconhecimento e dissolução de união estável; pensão alimentícia; execução de alimentos; revisional de alimentos; guarda; reconhecimento espontâneo de paternidade, dentre outras.

DOCUMENTOS

Para participar de uma sessão de conciliação, o cidadão ou a cidadã deverá comparecer ao local, após agendamento, com documentos pessoais (comprovante de residência, RG, CPF, carteira do SUS, carteira de vacinação, certidão de nascimento - em caso de menor) e comprobatórios da demanda (a depender de cada caso).

AGENDAMENTO E MAIS INFORMAÇÕES

O agendamento para o mutirão de conciliação deverá ser feito até esta sexta-feira (14), presencialmente, pelo email 3cejuscma@gmail.com ou pelo telefone (98) 3214–4275.

Para mais informações, entrar em contato por telefone.

O post TJMA promove mutirão de conciliação na Universidade Uniceuma apareceu primeiro em O Maranhense.